

Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.

CNPJ: 16.993.629/0001-10

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Com relatório dos auditores independentes

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras	13

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Cabeça de Boi S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 01 de março de 2023.

Diretoria Executiva	Descrição do Cargo
Jayme Barg	Diretor-Presidente
Jayme Barg	Diretor de Operação e Manutenção
Camilo Rebollo Couto	Diretor de Construção

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Enel Green Power Cabeça de Boi S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

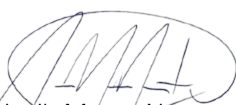
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 1º de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Nagib Mattar Neto
Contador CRC RJ-116077/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	25.423	16.473
Títulos e valores mobiliários		10	2.775
Contas a receber de clientes	4	4.477	4.406
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		96	-
Outros tributos compensáveis		13	13
Ressarcimento TUSD		837	837
Cauções e depósitos	5	9.382	9.019
Outros créditos		78	123
Total do ativo circulante		40.316	33.646
<u>Ativo não circulante</u>			
Ressarcimento TUSD		8.838	9.827
Depósitos vinculados	10.2	13.052	11.673
Imobilizado	6	283.530	295.352
Intangível		15.503	13.592
Total do ativo não circulante		320.923	330.444
Total do ativo		361.239	364.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2022	31.12.2021
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	14.004	16.325
Empréstimos e financiamentos	8	7.400	7.338
Salários, provisões e encargos sociais		125	125
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	274
Outras obrigações fiscais	9	2.891	2.886
Encargos setoriais		15	15
Outras obrigações		237	1.024
Total do passivo circulante		24.672	27.987
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	8	94.914	101.166
Total do passivo não circulante		94.914	101.166
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	270.115	270.115
Capital social (a integralizar)		(17.950)	(17.950)
Prejuízos acumulados		(10.512)	(17.228)
Total do patrimônio líquido		241.653	234.937
Total do passivo e do patrimônio líquido		361.239	364.090

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	2022	2021
Receita líquida	12	30.369	32.442
Custo do serviço	13	(14.722)	(20.668)
Lucro bruto		15.647	11.774
Despesas operacionais	13		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		89	(359)
Despesas gerais e administrativas		(3.261)	(1.568)
Total despesas operacionais		(3.172)	(1.927)
Resultado do serviço		12.475	9.847
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		8.240	4.354
Despesas financeiras		(10.845)	(11.423)
Total do resultado financeiro		(2.605)	(7.069)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		9.870	2.778
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(3.154)	(1.624)
		(3.154)	(1.624)
Lucro líquido do exercício		6.716	1.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	6.716	1.154
Total de outros resultados abrangentes do exercício	6.716	1.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social		Prejuízos acumulados	Total
	Capital subscrito	(-) Capital à integralizar		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	270.115	(17.950)	(18.382)	233.783
Prejuízo do exercício	-	-	1.154	1.154
Saldo em 31 de dezembro de 2021	270.115	(17.950)	(17.228)	234.937
Lucro líquido do exercício	-	-	6.716	6.716
Saldo em 31 de dezembro de 2022	270.115	(17.950)	(10.512)	241.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	6.716	1.154
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	89	359
Depreciação e amortização	10.132	8.513
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	9.495	7.930
Apropriação dos custos de transação	254	254
Atualização depósitos judiciais	(1.356)	(287)
Imposto de renda e contribuição social correntes	3.154	1.624
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes	(160)	(734)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(96)	-
Outros tributos compensáveis	-	97
Depósitos vinculados	(23)	(10)
Cauções e depósitos	(363)	(444)
Ressarcimento TUSD	989	915
Outros créditos	45	(50)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(2.321)	316
Salários, provisões e encargos sociais	-	125
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(180)	(220)
Outras obrigações fiscais	5	23
Encargos setoriais	-	15
Outras obrigações	(787)	884
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.248)	(1.454)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(8.689)	(7.915)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.656	11.095
Atividades de investimentos:		
Adições de ativos imobilizado e intangível	(221)	(1.097)
Títulos e valores mobiliários	2.765	(2.775)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos	2.544	(3.872)
Atividades de financiamentos:		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(7.250)	(7.231)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(7.250)	(7.231)
Variação no caixa líquido da Companhia	8.950	(8)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	16.473	16.481
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	25.423	16.473

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Cabeça de Boi S.A. (“Companhia”) foi constituída em 08 de outubro 2012, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hidráulica, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social.

A Companhia explora o potencial hidráulico de 30 MW no município de Nova Monte Verde e Alta Floresta, Estado de Mato Grosso, que foi objeto do Leilão nº 06/2013-ANEEL, com contrato vigente até 5 de novembro de 2046.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1º de março de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, provisões para processos judiciais e instrumentos financeiros.

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa se referem aos recursos mantidos em caixa e em conta corrente com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	179	-
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	22.132	16.473
Operações compromissadas	3.112	-
Total	25.423	16.473

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 99% do CDI (99% do CDI em 31 de dezembro de 2021). Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com suprimento de energia faturado, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos		Total	Total
		até 90 dias	mais de 90 dias	31.12.2022	31.12.2021
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	3.133	78	267	3.478	3.203
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	41	-	352	393	564
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	344	83	469	896	1.018
	3.518	161	1.088	4.767	4.785
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(44)	(5)	(241)	(290)	(379)
Total	3.474	156	847	4.477	4.406

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As transações de energia com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, Mecanismo de Curto Prazo – MCP e Ambiente de Contratação Regulado - ACR) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL, e normalmente liquidadas em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a expectativa de perda futura utilizando como base a probabilidade de perda determinada individualmente proposta no modelo utilizado, que atende à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48.

Este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual no cálculo da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente.

Neste modelo a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da entidade e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da provisão para perdas de créditos esperadas é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(379)	(528)	617	(290)
Total	(379)	(528)	617	(290)

	31.12.2020	Adição	Reversão	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(20)	(393)	34	(379)
Total	(20)	(393)	34	(379)

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE, em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Cauções e depósitos

	31.12.2022	31.12.2021
Conta centralizadora	1.632	1.416
Conta reserva do serviço da dívida do BNDES	7.750	7.603
Total	9.382	9.019

O saldo de R\$ 9.382 (R\$ 9.019, em 31 de dezembro de 2021), é composto por valores em garantia conforme definido nos contratos de empréstimos e financiamentos destacados abaixo:

- **Conta centralizadora:** conta corrente constituída exclusivamente para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos no contrato de financiamento com o BNDES;
- **Conta reserva do serviço da dívida do BNDES:** conta corrente para a qual é transferido o valor necessário para perfazer o saldo integral mínimo de 6 vezes o valor da última prestação do serviço da dívida.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, edificações, obras civis e benfeitorias.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2021	Adição	Depreciação	Transferência	31.12.2022
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	53	-	-	-	53
Barragens e adutoras	82.057	-	-	3.285	85.342
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	237.379	-	-	-	237.379
Máquinas e equipamentos	3.266	-	-	(3.266)	-
Veículos	117	-	-	-	117
Linhas de transmissão	11.626	-	-	-	11.626
	334.498	-	-	19	334.517
<u>Depreciação acumulada</u>					
Barragens e adutoras	(12.158)	-	(7.571)	(486)	(20.215)
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(25.285)	-	(4.039)	(117)	(29.441)
Máquinas e equipamentos	(604)	-	-	604	-
Veículos	(85)	-	(16)	(1)	(102)
Linhas de transmissão	(1.646)	-	(401)	-	(2.047)
	(39.778)	-	(12.027)	-	(51.805)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	-	-	-	74	74
Máquinas e equipamentos	632	205	-	(93)	744
	632	205	-	(19)	818
Total	295.352	205	(12.027)	-	283.530

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Transferência	31.12.2021
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Terrenos	53	-	-	-	53
Barragens e adutoras	82.044	-	-	13	82.057
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	237.379	-	-	-	237.379
Máquinas e equipamentos	3.266	-	-	-	3.266
Veículos	117	-	-	-	117
Linhas de transmissão	11.626	-	-	-	11.626
	334.485	-	-	13	334.498
<u>Depreciação acumulada</u>					
Barragens e adutoras	(9.890)	-	(2.268)	-	(12.158)
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	(20.225)	-	(5.060)	-	(25.285)
Máquinas e equipamentos	(487)	-	(117)	-	(604)
Veículos	(68)	-	(17)	-	(85)
Linhas de transmissão	(1.283)	-	(363)	-	(1.646)
	(31.953)	-	(7.825)	-	(39.778)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Máquinas e equipamentos	184	461	-	(13)	632
	184	461	-	(13)	632
Total	302.716	461	(7.825)	-	295.352

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Administração	%
Barragens e adutoras	4,17%
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Veículos	0,42%
Linhas de transmissão	2,50%

7. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o saldo de fornecedores é composto, basicamente, pelas obrigações a pagar aos fornecedores relacionados às atividades operacionais da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de Energia	827	144
Compra de Energia - partes relacionadas (nota 16)	-	786
Encargo de Uso da Rede	77	69
Total energia	904	999
Materiais e serviços	796	1.013
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	12.304	14.313
Total materiais e serviços	13.100	15.326
Total	14.004	16.325

8. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNDDES	7.030	370	7.400	94.914	94.914	102.314
Total	7.030	370	7.400	94.914	94.914	102.314

	31.12.2021					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
BNDDES	6.977	361	7.338	101.166	101.166	108.504
Total	6.977	361	7.338	101.166	101.166	108.504

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.323	108.143	115.466
Encargos provisionados	7.930	-	7.930
Encargos pagos	(7.915)	-	(7.915)
Transferências	6.977	(6.977)	-
Amortizações	(7.231)	-	(7.231)
Custo de transação	254	-	254
Saldo em 31 de dezembro de 2021	7.338	101.166	108.504
Encargos provisionados	8.697	-	8.697
Encargos pagos	(8.689)	-	(8.689)
Transferências	6.252	(6.252)	-
Amortizações	(7.250)	-	(7.250)
Variação monetária	798	-	798
Custo de transação	254	-	254
Saldo em 31 de dezembro de 2022	7.400	94.914	102.314

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos obtidos em exercícios anteriores e vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Desembolsado	Finalidade	31.12.2022
BNDES	105.210	29/12/2016	15/06/2037	TJLP + 2,18%	SAC	Mensalmente	105.210	Capex	102.314

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com as seguintes garantias:

- A controladora direta Enel Brasil S.A. como interveniente;
- Fiança bancária;
- Penhor das ações da interveniente Enel Brasil S.A.;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios, via constituição de contas reserva.

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
7.031	7.031	7.031	7.031	66.790	94.914

Índice de cobertura do serviço da dívida

Contratos Empréstimos e financiamentos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de apuração dos índices
BNDES	ICSD - Geração de Caixa / Serviço da Dívida	1,20	Anual

- Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) Despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no exercício, líquidos de diferimentos.
- Serviço da dívida refere-se ao somatório de 12 meses de pagamentos de amortização de principal e juros realizados no ano de referência, exceto os referentes ao subcrédito social.
- EBITDA do ano de referência refere-se ao (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment* / reversões de perdas anteriores; (+/-) prejuízo/lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2022, o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) foi de 1,22 (1,10 em 31 de dezembro de 2021). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o BNDES autorizou a suspensão da obrigação do atingimento do ICSD mínimo.

9. Outras obrigações fiscais

	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações fiscais federais		
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	81	84
Programa de integração social - PIS	18	18
INSS s/ terceiros	7	1
Outros tributos e contribuições	4	5
	110	108
Obrigações fiscais municipais		
Imposto sobre serviços - ISS	2.776	2.772
Outros tributos e contribuições	5	6
	2.781	2.778
Total	2.891	2.886

10. Provisão para processos judiciais

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando a Companhia (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

10.1 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia possui ações de natureza fiscal e trabalhista, que não estão provisionadas pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhistas	2	2
Fiscais	37.181	33.907
Total	37.183	33.909

Fiscais:

A Companhia discute com os municípios de Alta Floresta e Juara o ISS devido pelos serviços prestados na construção do Complexo Hidrelétrico Apiacás no Estado do Mato Grosso. Nas ações judiciais discute-se para qual município o imposto deveria ser recolhido, considerando a localização do parque e a base de cálculo do ISS que deveria ser excluir os materiais aplicados na obra. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 31.513 (R\$ 28.597 em 31 dezembro de 2021).

Além destes processos, a Companhia ainda discute temas de ICMS cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 5.668 (R\$ 5.310 em 31 dezembro de 2021).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



10.2 Depósitos vinculados

	31.12.2022	31.12.2021
Fiscais	13.052	11.673
Total	13.052	11.673

O saldo de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 refere-se ao repasse de parte do ISS retido nos pagamentos realizados ao fornecedor Quebec Engenharia, com base no processo judicial contra a Prefeitura de Alta Floresta.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

O capital social é de R\$ 270.115 em 31 de dezembro de 2022 e 2021, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	270.114.539	100,00%	270.114.539	100,00%
Total	270.114.539	100,00%	270.114.539	100,00%

11.2 Destinação do resultado

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta lucro líquido de R\$ 6.716 (R\$ 1.154 em 31 de dezembro de 2021), que foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

12. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	27.387	29.889
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 16)	4.277	3.886
	31.664	33.775
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(950)	(1.013)
Pis	(206)	(220)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(139)	(99)
	(1.295)	(1.332)
Total	30.369	32.443

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



13. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

Custo do serviço	2022			2021			
	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Material	(118)	-	(118)	(170)	-	-	(170)
(-) Capitalização dos custos de material	7	-	7	19	-	-	19
Serviços de terceiros	(749)	(2)	(751)	(646)	-	(38)	(684)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 16)	-	(983)	(983)	-	-	(969)	(969)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.358)	-	(2.358)	(42)	-	-	(42)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 16)	(145)	-	(145)	(10.351)	-	-	(10.351)
Encargos de uso de rede elétrica	(989)	-	(989)	(837)	-	-	(837)
Depreciação e amortização	(9.817)	(315)	(10.132)	(8.181)	-	(331)	(8.512)
Transporte de potência de energia	(8)	-	(8)	(69)	-	-	(69)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	89	89	-	(359)	-	(359)
Seguros	(545)	-	(545)	(391)	-	-	(391)
Garantia de risco hidrológico	-	(1.701)	(1.701)	-	-	-	-
Outras receitas (despesas)	-	(260)	(260)	-	-	(230)	(230)
Total	(14.722)	89	(17.894)	(20.668)	(359)	(1.568)	(22.595)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	3.320	1.130
Variação cambial	1.966	2.566
Variação cambial realizada	1	-
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	1.597	371
Atualização de depósitos judiciais	1.356	287
	8.240	4.354
Despesas financeiras		
Variação cambial	-	(2.420)
Variação cambial realizada	-	(4)
Custo de transação	(254)	(254)
Encargos de dívidas	(9.495)	(7.930)
Atualização de impostos e multas	(14)	(1)
Garantias e fianças	(501)	(728)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(41)	(27)
Outras despesas financeiras	(540)	(59)
	(10.845)	(11.423)
Total	(2.605)	(7.069)

15. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base na presunção de receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12%, respectivamente.

Depois de determinados os valores de acordo com estes percentuais, deverão ser adicionadas em sua integralidade às demais receitas para a formação da base de cálculo do lucro presumido.

Sobre a base apurada anteriormente, trimestralmente aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- 15% de Imposto de Renda sobre o total da base de cálculo;
- 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido que exceder a R\$ 60, ou no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, para contribuição social, aplica-se a alíquota de 9%.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores, se existente.

O imposto de renda e a contribuição social apurados pela Companhia com base no lucro presumido encontram-se demonstrados como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2022	2021
Receita de suprimento de energia elétrica	31.664	33.775
Base de cálculo presumida do imposto de renda (8%)	2.533	2.702
Rendimento de aplicações financeiras	3.320	1.130
Variação cambial realizada	1	-
Outras receitas financeiras	2.953	658
Total base de cálculo	8.807	4.490
Alíquota do imposto de renda (15%)	(1.321)	(674)
Alíquota do imposto de renda adicional (10%)	(856)	(425)
Total do imposto de renda	(2.177)	(1.099)
Base de cálculo presumida da contribuição social (12%)	3.800	4.053
Rendimento de aplicações financeiras	3.320	1.130
Variação cambial realizada	1	-
Outras receitas financeiras	2.953	658
Total base de calculo	10.074	5.841
Alíquota da contribuição social (9%)	(906)	(525)
Ajuste de anos anteriores	(71)	-
Total imposto de renda e contribuição social no resultado	(3.154)	(1.624)

16. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



16.1 Controladora (Enel Brasil)

Naturza da transação	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	59	(772)	(982)	(969)
Total		59	(772)	(982)	(969)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

16.2 Empresas em controle em comum

Naturza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receita (despesa)	Receita (despesa)
Compra e venda de energia		428	(238)	4.131	(5.370)
Enel Distribuição Ceará - COELCE		121	106	799	726
Enel Distribuição Rio - AMPLA		151	136	1.026	932
Celg Distribuicao S.A. (*)	Janeiro de 2018 a dezembro de 2047	-	163	1.311	1.191
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A		156	143	1.140	1.037
Enel Trading Brasil S.A	Até o final da concessão	-	(786)	(145)	(9.256)
Compartilhamento das despesas comuns		162	163	-	(1.095)
Enel Green Power Fazenda S.A		7	7	-	-
Enel Green Power Pranapanema S.A		112	113	-	(1.095)
Aplacás Energia S.A	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(11)	(11)	-	-
Enel Green Power Salto Apiaças S.A		54	54	-	-
Suporte Operacional		(12.293)	(14.258)	-	-
Enel Green Power S.p.A	Janeiro de 2014 até o término dos serviços	(12.293)	(14.258)	-	-
Total		(11.703)	(14.333)	4.131	(6.465)

(*) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i. prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii. aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii. fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv. participação na execução do projeto; v. designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022 e 2021.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são como segue:

Categoria	Nível	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	25.423	25.423	16.473	16.473
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	10	10	2.775	2.775
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	2	4.477	4.477	4.406	4.406
Ressarcimento TUSD	Custo amortizado	2	9.675	9.675	10.664	10.664
Cauções e depósitos	Custo amortizado	2	9.382	9.382	9.019	9.019
Ativo indenizável (concessão)			48.967	48.967	43.337	43.337
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	14.004	14.004	16.325	16.325
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Custo amortizado	2	102.314	67.471	108.504	100.367
			116.318	81.475	124.829	116.692
Total			165.285	130.442	168.166	160.029

17.1 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



17.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis (TJLP), além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, as quais estão atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2021 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
TJLP	9.705	11.487	1.782	13.243	3.538
Total	9.705	11.487	1.782	13.243	3.538

17.3 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A Administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

17.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Empréstimos e financiamentos - pós fixados	73.822	1.363	2.560	11.796	36.438	125.979
Total	73.822	1.363	2.560	11.796	36.438	125.979

17.5 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

17.6 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos e financiamentos	102.314	108.504
Dívida	102.314	108.504
Caixa e equivalentes de caixa	(25.423)	(16.473)
Títulos e valores mobiliários	(10)	(2.775)
Dívida líquida	76.881	89.256
Patrimônio líquido	215.793	234.937
Índice de endividamento líquido	26%	28%

18. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros cujos limites de indenização são considerados suficientes para cobrir prejuízos com eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade e os riscos envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	257.526	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	n/a	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	n/a	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	n/a	103.723
Frota	14/08/22	14/08/23	n/a	1.000

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral o valor limite contempla todas as empresas do grupo.

19. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.